

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL Nº 34/2013**

Período: 21/09/2013 – 27/09/2013

**GEDES – Brasil**

- 1- Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e Universidade de Brasília homenageiam ex-líder estudantil
- 2- Documento comprova envolvimento da Universidade de São Paulo com o regime militar
- 3- Ministro da Defesa abordou, em entrevista, a política de Defesa do Brasil
- 4- Mãe ainda procura o filho raptado pelo Exército durante o regime militar
- 5- Fragata da Marinha lidera frota de missão da Organização das Nações Unidas no Líbano
- 6- General do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas destacou importância do órgão
- 7- Brasil usa tecnologia de criptografia estrangeira
- 8- Ministro defende ampliação da Justiça Militar
- 9- Governo de Minas Gerais reexaminará morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek
- 10- Documentário discute as circunstâncias da morte do ex-presidente da República João Goulart
- 11- Parlamentares e integrantes da Comissão da Verdade tiveram vista tumultuada ao DOI-Codi
- 12- Empresas acusadas de lavagem de dinheiro recebem recursos do Ministério da Defesa
- 13- Reservistas do Exército atuarão como policiais militares no estado de Goiás
- 14- Corpo exumado pertenceria a líder camponês preso durante o regime militar
- 15- Festival de História conta com estudo sobre o regime militar
- 16- Acusação contra uso irregular de aviões da Força Aérea Brasileira é arquivada
- 17- Site afirma que investimentos em defesa cibernética serão reduzidos mesmo com discurso da presidenta da República na Assembléia Geral da ONU

1- Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e Universidade de Brasília homenageiam ex-líder estudantil

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, em homenagem realizada no dia 20/09/13 na Universidade de Brasília (UNB), a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça concedeu anistia ao ex-líder estudantil perseguido pelo regime militar (1964-1985), Honestino Monteiro Guimarães. Durante o evento, o Estado, através da Comissão, reconheceu a responsabilidade por sua morte e pediu perdão a família. O secretário nacional de Justiça e presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, afirmou que Guimarães nunca cometeu crime algum e que "o Estado reconhece o legítimo direito de resistência, de lutar contra a ditadura, lutar pelas liberdades". O ex-militante foi preso na cidade do Rio de Janeiro no dia 10/10/73, "essa é a última informação concreta

a respeito dele”. O jornal ressaltou também que, em sua certidão de óbito, de 1996, não consta a causa da morte, e que a mesma nunca foi descoberta. Por isso, a Comissão de Anistia, a pedido da família, aprovou o parecer que pede a alteração da certidão de óbito, preenchendo a causa da morte como “por atos violentos praticados pelo Estado”. Concomitantemente, o Diretório Central dos Estudantes e o Museu da República de Brasília receberam o nome de Honestino Guimarães. (Correio Braziliense – 21/09/13)

## 2- Documento comprova o envolvimento da Universidade de São Paulo com o regime militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão da Verdade de São Paulo apresentou, dia 20/09/13, um documento que comprova o envolvimento da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) com o regime militar (1964-1985). O ofício enviado para órgãos como o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Dops) descrevia os palestrantes que participaram da Semana dos Direitos Humanos, que aconteceu na USP entre os dias 10 e 15/11/75. De acordo com o coordenador da Comissão estadual, Ivan Seixas, atuava na Universidade uma Assessoria Especial de Segurança e Informação, que repassava informações para o governo militar. A audiência contou com a presença da advogada e membro da Comissão Nacional da Verdade, Rosa Maria Cardoso. O colegiado ouviu o depoimento do historiador americano Kenneth Serbin, que estudou a relação entre a Igreja Católica e as Forças Armadas durante o regime militar no Brasil. Serbin afirmou que as comissões da verdade do Brasil deveriam ter sido criadas na década de 1990, pois isso permitiria uma melhor efetividade na busca por “resultados concretos”. (O Estado de S. Paulo – Política – 21/09/13)

## 3- Ministro da Defesa abordou, em entrevista, a política de Defesa do Brasil

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, Celso Amorim, tratou da política de Defesa no Brasil, sobretudo no que se refere à defesa cibernética, em razão dos recentes casos de espionagem estadunidense no país. Em relação ao papel do Ministério da Defesa (MD) na segurança da informações, Amorim afirmou que não há definição no Brasil, isto é, não há um órgão específico para efetuar a proteção, mas que, se houver a iminência de um ataque aéreo ou cibernético, a competência é do MD. Por isso, a defesa cibernética do Brasil está em nível inicial, sendo capaz de agir de forma muito pontual. O ministro declarou, porém, que, na Estratégia de Defesa Nacional (END), a defesa cibernética é considerada área estratégica e, em virtude disso, um núcleo foi criado no Exército, em 2010, dando origem ao Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), em 2012. Segundo Amorim, o CDCiber foi empregado na proteção cibernética de eventos como a Conferência Rio+20, a visita do papa Francisco e a Copa das Confederações. Nessas ações pontuais, Amorim considerou que o CDCiber “foi um pouco além da defesa militar, coordenando a ação de um conjunto de órgãos”. Além disso, o ministro destacou a necessidade de evoluir nessa área por meio de formação de capacidades mediante uma escola de defesa cibernética, por exemplo, pois a utilização de softwares importados não garantirá a segurança cibernética do Brasil, sendo necessário o desenvolvimento de tecnologia nacional. No que se

refere ao caso de atuação dos serviços de inteligência estadunidenses no Brasil, Amorim classificou o caso como “uma intrusão em nossa soberania”, mas, apesar disso, destacou que “espionagem sempre houve, mas com discrição. Não foi surpresa absoluta, mas chocou”. Em matéria de segurança, o ministro considerou a defesa aérea nacional como o ponto de maior vulnerabilidade em função dos entraves na aquisição de novos aviões de caça para a Força Aérea Brasileira (FAB), mas afirmou que outros projetos estratégicos estão em andamento na pasta, como o desenvolvimento do submarino nuclear da Marinha e o do avião cargueiro a jato pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), KC-390, com o objetivo de substituir o C-130 Hércules. Com relação à política de defesa das fronteiras, Amorim declarou que, para proteger 17 mil quilômetros de fronteira, é necessário “combinar a presença física com a proteção tecnológica”, envolvendo satélites, equipamentos e comunicações coordenados pelo Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), do Exército. Para esse fim, realiza-se frequentemente a Operação Ágata, a qual emprega grandes efetivos nas regiões de fronteira, além de aviões de detecção com radares importados. Apesar disso, de acordo com Amorim, radares nacionais estão sendo desenvolvidos. Em relação à parceria em defesa cibernética proposta à Argentina, o ministro declarou que uma equipe argentina será enviada ao Brasil, ainda em 2013, para verificar o que tem sido feito no país nesse quesito e destacou que “a Argentina é mais próxima e mais avançada nisso, o que permite uma cooperação mais imediata”. (Correio Braziliense – 22/09/13)

#### 4- Mãe ainda procura o filho raptado pelo Exército durante o regime militar

Conforme publicado no periódico *Correio Braziliense*, quatro crianças foram raptadas pelo Exército no povoado de Santa Cruz, na zona rural de São Geraldo do Araguaia, no estado do Pará, durante o regime militar (1964-1985). O local é situado onde acontecia a Guerrilha do Araguaia (1972-1974), um dos maiores focos de resistência ao regime. Segundo o *Correio*, duas das crianças desaparecidas são filhos de Maria Bezerra de Oliveira, de 83 anos, e foram levados em 1972 pelos militares: Miraci Bezerra, que na época tinha pouco menos de 1 ano de idade, e Juracir Bezerra Costa, com 8 anos de idade. O filho mais novo reencontrou a família em 1999 “por conta própria” e o outro continua desaparecido, 41 anos após o ocorrido. Além de Bezerra, outra criança raptada pelos militares continua desaparecida. De acordo com o jornal, Oliveira guarda uma pista importante sobre o possível paradeiro de seu primogênito, uma folha de caderno, que contém o nome do sargento que levou seu filho: “João Lima Filho, e 23-B-C sigla do 23º Batalhão de Caçadores”, quartel onde o militar servia, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. Segundo o *Correio*, a mãe de Bezerra, depôs, em 2007, a deputados federais na reunião de torturados da guerrilha na Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia, no estado do Pará, para que algum agente do Estado ajudasse a localizar o paradeiro do sargento Lima Filho, não obtendo, porém, resultados satisfatórios. De acordo com o periódico, o Exército, através da assessoria de comunicação, afirmou “que tentará confirmar a existência, em seus quadros, do sargento João Lima Filho”. A assessoria de comunicação do 23º Batalhão de Caçadores declarou não poder levantar os dados “sem a autorização do comando”. (Correio Braziliense – 22/09/13)

##### 5- Fragata da Marinha lidera frota de missão da Organização das Nações Unidas no Líbano

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a fragata da Marinha brasileira, F-45 União, que atualmente lidera a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), está em meio a uma zona de guerra. A frota, que está no mar Mediterrâneo, é composta por sete unidades, sendo duas da Alemanha, duas de Bangladesh, uma da Turquia, uma da Grécia e uma da Indonésia. De acordo com *O Estado*, o objetivo da missão é vigiar o eixo marítimo onde supostamente ocorre o trânsito clandestino de armas para o grupo paramilitar libanês Hezbollah, além do contrabando direcionado ao conflito civil na Síria. Outro motivo da frota se posicionar nessas coordenadas são os sobrevoos constantes de jatos supersônicos Falcon F-16I de Israel, que invadem o espaço aéreo do Líbano, causando tensão na região. Atuam na missão 269 militares brasileiros, dos quais 208 são tripulantes da Armada e os demais são especialistas do Destacamento Aéreo, fuzileiros navais, oficiais do Estado-Maior, integrantes do Corpo de Saúde e mergulhadores de combate. Segundo o periódico, é a segunda vez que a fragata União atua na região, sendo que a primeira foi em 2011, na missão FT-Unifil, sendo substituída depois por outras fragatas da Marinha com intervalos em torno de seis meses. De acordo com *O Estado*, as fragatas da mesma classe da F-45 União foram adquiridas há cerca de 40 anos pela Marinha e, entre 1997 e 2003, passaram por revitalização, recebendo novos radares, recursos eletrônicos e armamento avançado. O ministro da Defesa, Celso Amorim, declarou, no dia 20/09/13, no Instituto Rio Branco, na capital federal Brasília, que a participação do Brasil na Unifil é um exemplo da tarefa do país como “país provedor da paz” e da complementação entre as políticas externa e de defesa. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/09/13*)

##### 6- General do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas destacou importância do órgão

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, José Carlos de Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), destacou a importância do órgão na garantia da interoperabilidade das Forças Armadas brasileiras. Criado há três anos como braço militar do Ministério da Defesa, o Estado-Maior, segundo Nardi, tem cumprido o papel de liderança nas ações que têm a participação da Marinha, Exército e Aeronáutica. Em sua visão, o sucesso da sétima edição da Operação Ágata, que patrulhou os mais de 16,8 mil quilômetros de fronteira terrestre do país, apreendendo entorpecentes e enfraquecendo quadrilhas internacionais, foi resultado do esforço do EMCFA. Assim como a manutenção do Pavilhão Nacional soberano no mar territorial até a zona do pré-sal, garantida pela cobertura da costa da Amazônia Azul; e a soberania do espaço aéreo garantida pelo patrulhamento dos rincões mais distantes do Brasil. Além disso, Nardi afirmou que a presença ultramarina dos militares do Brasil no Haiti e no Líbano é acompanhada e coordenada pelo EMCFA, tornando o órgão referência mundial em assuntos de defesa e interoperabilidade. Nardi reforçou também a importância da atuação das Forças Armadas nos grandes eventos sediados pelo país como a Rio+20, a

Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude elembrou, ainda, que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos representarão novos desafios no planejamento de Defesa, reforçando “a defesa de estruturas estratégicas, defesa aeroespacial e controle do espaço aéreo, defesa fluvial e marítima, cooperação nas fronteiras, fiscalização de explosivos, segurança e defesa cibernética, defesa química, biológica, radiológica e nuclear, emprego de helicópteros, prevenção e combate ao terrorismo e força de contingência”. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 23/09/13)

#### 7- Brasil usa tecnologia de criptografia estrangeira

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, sugeriu que o governo brasileiro adotasse criptografia nacional como proteção contra espionagem. Atualmente, o país utiliza recursos de criptografia fornecidos por empresas privadas estadunidenses que, segundo documentos vazados pelo ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (NSA, em inglês), Edward Snowden, contém falhas propositais e incluem “portas dos fundos” para que a NSA tenha acesso aos dados. A tecnologia em criptografia no Brasil é desenvolvida por empresas de pequeno porte que trabalham com software livre e, não raro, são insuficientes para cobrir a demanda nacional. O governo respondeu aos escândalos de espionagem com o anúncio de um serviço de e-mail nacional criptografado e a pressão para que seja votado o Marco Civil da Internet. O jornal ressaltou também a escassez do orçamento brasileiro em cibersegurança: segundo o Centro de Comunicação Social do Exército, apenas R\$ 90 milhões foram destinados à defesa cibernética no Brasil, enquanto agências de espionagem americanas tiveram um orçamento de US\$ 52,6 bilhões em 2013. (O Estado de S. Paulo – Economia – 23/09/13)

#### 8- Ministro defende ampliação da Justiça Militar

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o ministro e decano do Superior Tribunal Militar (STM), Olympio Pereira da Silva Junior, defendeu a manutenção da Justiça Militar, mais a ampliação das suas competências. De acordo com Silva, uma recente reunião do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a criação de uma comissão para discutir a extinção da Justiça Militar. Dentre os argumentos apresentados para justificar a ação, está a pouca quantidade de processos em tramitação nas cortes militares, não justificando, portanto, as suas despesas. Silva defendeu que a instituição é altamente qualificada e estaria preparada para ampliar o seu campo de atuação, sugerindo ainda a transferência de 20% dos processos cíveis que tramitam na Justiça comum e que envolvam militares e sua administração. Assim, haveria um “desafogamento” dessa, o que traria mais agilidade à resolução dos casos. (Correio Braziliense – 24/09/13)

#### 9- Governo de Minas Gerais reexaminará morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a pedido da Comissão da Verdade Municipal de São Paulo, o governo do estado de Minas Gerais (MG)

reexaminará o caso da morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek. Há suspeitas de que o acidente de carro que matou Kubitschek, em 1976, tenha sido provocado por agentes do regime militar (1964-1985). Segundo o presidente da comissão, vereador Gilberto Natalini, suspeita-se que o motorista do carro em que estava o ex-presidente, Geraldo Ribeiro, fora alvejado na cabeça e, então, perdido o controle do carro. De acordo com o jornal *Correio Brasiliense*, o governo do estado de MG tende a esperar por uma decisão judicial para exumar os restos mortais de Ribeiro, como foi pedido pela comissão. A comissão visa investigar a origem real de um orifício de 5 milímetros no crânio de Ribeiro e de um fragmento metálico de formação cilíndrica encontrado junto de seus restos mortais. Oficialmente o orifício foi causado por esfacelamento ósseo e a peça metálica seria um prego do caixão, porém, existe uma suspeita de que o orifício tenha sido provocado por um projétil usado exclusivamente pelo Exército. O secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz, afirmou que é necessário analisar a legitimidade que a comissão possui para realizar esse pedido. O *Correio* afirmou que a comissão já estuda um caminho judicial para conseguir a exumação. (*Correio Brasiliense* – 25/09/13; Folha de S. Paulo – Poder – 24/09/13)

#### 10- Documentário discute as circunstâncias da morte do ex-presidente da República João Goulart

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, foi exibido, no dia 24/09/13, pela primeira vez na televisão o documentário “Dossiê Jango”, dirigido por Paulo Henrique Fontenelle. O longa-metragem discute as circunstâncias da morte do ex-presidente da República João Goulart, deposto após a tomada de poder pelos militares, em 1964. Oficialmente, a morte de Goulart foi causada por um infarto, em 06/12/76, na Argentina, mas o documentário apresenta indícios de que o ex-presidente teria sido envenenado por uma troca de remédios. O filme traz também o depoimento de um ex-agente de inteligência do Uruguai que afirmou ter participado da ação que matou Goulart, e apresentou detalhes sobre os métodos. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 24/09/13)

#### 11- Parlamentares e integrantes da Comissão da Verdade tiveram vista tumultuada ao DOI-Codi

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, houve tumulto no início da visita de parlamentares e integrantes de comissões da verdade ao 1º Batalhão de Polícia do Exército na cidade de Rio de Janeiro, onde funcionou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), durante o regime militar (1964-1985). Durante a entrada ao prédio, o deputado federal e oficial da reserva do Exército, Jair Bolsonaro, que não estava na lista de visitantes autorizados pela Força, foi recebido por manifestantes ligados ao grupo Tortura Nunca Mais, que o hostilizaram acusando-o de “fascista” e “ditador”. Em meio ao tumulto, o senador federal Randolfe Rodrigues acusou Bolsonaro de tê-lo agredido. O deputado, por sua vez, negou as acusações. O comandante do Batalhão, tenente-coronel Luciano Simões, permitiu a entrada de Bolsonaro e a visita prosseguiu normalmente. O jornalista Álvaro Caldas, que ficou detido no local duas vezes de 1970 a 1973, mostrou aos visitantes a localização das antigas

celas e salas de tortura. O grupo entregou, ainda, um ofício ao comandante do Exército, general Enzo Peri, requerendo informações sobre pessoas que teriam permanecido detidas no local durante o regime e sobre a morte da secretária da presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, que morreu em um atentado a bomba, em 1980. (Folha de S. Paulo – Poder – 24/09/13; O Estado de S. Paulo – Política – 24/09/13)

#### 12- Empresas acusadas de lavagem de dinheiro recebem recursos do Ministério da Defesa

De acordo com o periódico *Correio Brasiliense*, investigações da Polícia Federal (PF) revelaram que as empresas TNG Peças e Serviços Mecânicos e a ABM Informática, acusadas de lavar cerca de R\$ 300 milhões de entidades previdenciárias públicas, receberam R\$ 831 mil do Ministério da Defesa. As despesas seriam provenientes de serviços de mecânica e revisão para as Forças Armadas, entretanto, não há certeza se os serviços foram realmente executados e se as contas estão corretas. A Operação Miquéias da PF descobriu que a empresa TNG realizou uma movimentação incompatível com os R\$ 232 mil declarados como faturamento anual. Em resposta, a TNG afirmou que os recursos usados na movimentação provêm de serviços prestados às Forças Armadas. Essa hipótese foi recusada pelos agentes, o qual alegaram que a informação “não condiz com a movimentação, visto que é em espécie”. Segundo o *Correio*, o mesmo caso se aplicaria à ABM Informática: o inquérito policial apontou que a empresa repassou R\$ 323,1 mil a outras entidades envolvidas no esquema. Documentos do Banco Central demonstraram que as contas da empresa foram utilizadas para receber e pagar grandes quantias, sem indicar claramente a finalidade, portanto, não seriam condizentes com um negócio “normal”. (*Correio Brasiliense* – 25/09/13)

#### 13- Reservistas do Exército atuarão como policiais militares no estado de Goiás

Segundo o jornal *Correio Brasiliense*, em dezembro de 2013, 450 reservistas do Exército brasileiro, escolhidos pelo Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual, serão responsáveis pelo policiamento em cidades do entorno da capital federal, Brasília, além de quatro municípios goianos. O contrato assinado entre o governo de Goiás e os soldados é válido por dois anos e nove meses. Os soldados receberão um salário inicial de R\$ 939,33, um terço do salário recebido por um policial militar, e se submeterão a apenas três meses de curso (sendo nove meses o tempo usual). A Secretaria de Segurança Pública de Goiás informou que, após os 33 meses de contrato, os temporários poderão ser efetivados por meio de realização de concurso público, no qual ganharão pontuação extra como benefício. A secretaria, apesar de não ter definido um prazo para o concurso, afirmou que o governo goiano pretende contratar mais 850 soldados temporários ainda em novembro de 2013. De acordo com a Polícia Militar (PM) de Goiás, os reservistas, por terem acabado recentemente o serviço militar, já possuem uma base de treinamento e terão aulas de relações interpessoais, noções de Direito, policiamento comunitário e padrão de operações da PM. (*Correio Brasiliense* – 25/09/13)

#### 14- Corpo exumado pertenceria a líder camponês preso durante o regime militar

De acordo com o periódico *Correio Brasiliense*, no dia 24/09/13, uma operação realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), na capital federal Brasília, encontrou restos mortais que pertenceriam ao líder camponês maranhense, Epaminondas Gomes de Oliveira. O camponês foi morto aos 68 anos de idade, após ser capturado pelo Exército durante o regime militar (1964-1985). Peritos das polícias Civil e Federal, que realizaram a exumação no Cemitério Campo da Esperança, foram acompanhados por dois netos do camponês. A exumação resultou em uma ossada completa além de pedaços de tecido e um dente de prata, o qual Epaminondas de Oliveira Neto afirmou que pertencera a seu avô. O Instituto Médico Legal do Distrito Federal submeterá os elementos exumados a um exame cuidadoso do esqueleto em busca de traumatismos e enfermidades. Farão exames toxicológicos e análise de código genético, caso ainda exista algum DNA nos ossos. A coordenadora do grupo de trabalho de indígenas e camponeses da CNV, Maria Rita Khel, afirmou esperar que a exumação comprove a versão dos familiares sobre a morte, segundo a qual o camponês fora torturado por militares até a morte. Através de estudos e de relatos da família, a comissão chegou à conclusão de que o líder camponês foi preso pelos militares em 07/08/71, na cidade de Ipixuna, no estado do Pará, e então levado para base da Aeronáutica em Brasília. No dia 20/08/71, Avelina Rocha de Oliveira foi notificada pelo Exército sobre a morte do marido, causada por choques resultantes de anemia e desnutrição. Segundo Epaminondas Neto, seu avô apenas liderava causas sociais, porém, nunca se envolveu com guerrilha. Se confirmado que essa ossada pertence ao camponês, será o primeiro corpo encontrado pela CNV desde que foi criada, em maio de 2012. O caso será concluído até o fim de 2013. O gerente Daniel Lerner, que encontrou a possível tumba do líder camponês, recordou que 140 pessoas foram dadas como desaparecidas durante o regime militar. (*Correio Brasiliense* – 25/09/13)

#### 15- Festival de História conta com estudo sobre o regime militar

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Festival de História, iniciado no dia 19/09/13, em Diamantina, no estado de Minas Gerais, contou com o 'Caminhão Museu Sentimentos da Terra', que transporta um museu móvel da história do Brasil. A coordenadora do caminhão e assessora da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Eloísa Starling, apresentou no Festival um estudo sobre o regime militar (1964-1985) que mapeou centros de tortura existentes entre 1964 e 1968, mostrando a escola de tortura e suas localizações nas instalações militares. O estudo abrange os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Pernambuco. (*Folha de S. Paulo* – Opinião – 26/09/13)

#### 16- Acusação contra uso irregular de aviões da Força Aérea Brasileira é arquivada

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a investigação do uso irregular dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) pelo ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, foi arquivada pela Comissão de Ética da Presidência da República. O



caso se refere a uma viagem oficial a Cuba na qual o ministro levou também a mulher e o filho. A fim de justificar o arquivamento, a Comissão declarou que a viagem dos dois não representou gastos a mais, visto que Rebelo usaria a aeronave de qualquer forma. Afirmou ainda, que propôs alterações referentes ao transporte de autoridades e seus familiares nos aviões da FAB. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/09/13)

17- Site afirma que investimentos em defesa cibernética serão reduzidos mesmo com discurso da presidenta da República na Assembléia Geral da ONU  
Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o site Contas Abertas teria noticiado que o orçamento do Exército referente a defesa cibernética será de R\$ 70 milhões em 2014, ou seja, R\$ 20 milhões a menos do que o previsto no ano de 2013 – dos quais apenas R\$ 14,4 milhões teriam sido pagos até o momento. Apesar disso, o ministro da Defesa, Celso Amorim, declarou que “os empenhos tendem a crescer no segundo semestre”. A diminuição do orçamento vai de encontro ao discurso proferido pela presidenta Dilma Rousseff na abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), dia 24/09/13, em tom de protesto a espionagem eletrônica por parte dos Estados Unidos. De acordo com a coluna de *O Estado*, as palavras da presidenta foram apropriadas, mas não passaram de retórica, e sua fala em prol de um marco civil multilateral para governança e proteção da internet teria se dirigido, na verdade, ao eleitorado brasileiro, não aos países membros da ONU, ou seja, não passou de estratégia de marketing, uma vez que vai na contramão da realidade de encolhimento do orçamento destinado a defesa cibernética para 2014. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 26/09/13)

## SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)  
Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)  
O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos

(Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavaleiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).